

Crítica e Perspetivas Feministas na Psicologia: Caminhos Indissociáveis na Celebração do Humano

Nuno Santos Carneiro

Membro Integrado do Centro de Psicologia da Universidade do Porto. Bolseiro de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/ BPD/ 68661/ 2010)

Resumo: As perspetivas críticas que se têm desenvolvido (também) na psicologia são fortemente inspiradas pelas leituras teóricas sobre o género e a estas leituras devem muito das possibilidades de denúncia dos processos tanto sociais quanto subjetivos relacionados com a opressão e com a injustiça social. Neste trabalho, procede-se a uma abordagem de alguns contributos das abordagens feministas para o (re)pensar das intenções e das formas de atuação da ciência psicológica. Num segundo momento, sistematizamos alguns princípios de orientação feminista fulcrais à leitura crítica da psicologia e a uma contribuição deste campo do *saber* e do *fazer* para domínios com os quais tem de estar comprometido: o do questionamento do poder, o do combate ativo à discriminação e à injustiça sociais e, com estes, o da celebração da diversidade humana.

Palavras-Chave: Crítica; Feminismos; Psicologia; Diversidade; Humano.

INTRODUÇÃO

CRITICA E POSICIONALIDADES NA LEITURA DO HUMANO

Sem esquecer que um projeto de abordagem crítica das ciências sociais continua a apresentar dificuldades e a necessitar de modos de renovação que possam tomá-lo como premente para estes campos do pensamento (e.g., Bronner & Kellner, 1989; Santos, 1999), não deixamos de encontrar sentidos neste mesmo projeto crítico. As constantes interrogações sobre os significados (necessariamente múltiplos) de sujeito, sobre o que devemos (ou somos capazes de) considerar como humano ou a fulcral importância das construções relacionais para um mundo melhor deixam, na verdade, inquietudes saudáveis à (re)construção do pensamento sobre o social e sobre o psicológico. Interrogações saudáveis porque não paralisantes e porque potencialmente produtoras de uma forma mais localizada e mais contextualizada de *saber*, ao mesmo tempo que exigindo uma implicação social transformadora das múltiplas situações de injustiça com que continuamos a confrontar-nos (Casa-Nova, 2012).

Também crítica pretende ser a *italização* que imprimimos à ideia de *saber*, colocada desta forma em espaços e em tempos que reclamam uma constante vigilância sobre os agentes, sobre os conteúdos, sobre os processos e sobre os resultados (invariavelmente transitórios e não cristalizados) do que possamos considerar ser uma ciência psicológica. Diz-nos Cvetkovich (2012), numa radicalização das interrogações críticas sobre a produção do conhecimento, que a única forma de assumirmos possibilidades críticas face à construção epistemológica e ontológica do sujeito e das interações quotidianas que lhe dão sentido é a que nos leva a *sermos capazes de permanecer não sabendo*.

De entre as exigências levantadas a um pensamento crítico no campo do social e do humano, conta-se também a necessidade de olharmos para lá do que "existe", para lá desse "existente" tomado como "o real", na recusa do que se faz como externo a nós, como unívoco, ou do que se tem feito através da instauração da tradição positivista do *saber* (e.g., Santos, 1999, 2007). Já Max Horkheimer (1935/ 2006) havia deixado claro que uma epistemologia crítica se pauta incontornavelmente pela superação do idealismo racionalista burguês que opera cisões entre, por um lado, a ideia da ciência autónoma, da produção de um conhecimento que apenas pode ser válido em pretensa exterioridade e, por outro, a totalidade da atividade social que circunscreve e determina as condições de

produção desse conhecimento. Assim, sujeito e objeto de *saber* ganham sentido na fusão da atividade produtora de uma "verdade" que, como também nos diz o autor, é sempre colocada no território do social e do político sem que a ela escapem as propriedades individuais de quem produz o conhecimento (e que o produz na ligação a um grupo social e a uma determinada situação). Trata-se, deste modo, de indagar incessantemente o problema da *verdade* e do quanto pode esta contribuir, na aceitação acrítica que dela fazemos, para a sustentação de formas opressivas de entendimento do humano.

Em consonância com as interrogações antes apontadas, adotamos neste trabalho a noção de *posicionalidades* (Goodley & Snailles, 2001), de modo a fazer pensar, com auxílio de algumas contribuições da teoria feminista, as fundações sociais e políticas da psicologia e, mais do que isso, a encontrar nesta área disciplinar (expressão muito pouco cara a uma epistemologia crítica!) persistentes insuficiências para a contemplação plena das necessidades e das expressões subjetivas do viver. O envolvimento que fazemos com processos de conhecimento e com formas (amplamente consideradas) de atuação psicológica, dependem pois da posição que assumimos face a discursos e a dominantes e reiterativos do *status quo* que insistentemente se encontram na psicologia (e.g., Fox, 2008; Parker, 2007; Prilleltensky, 1997, 2008).

Como defende Carla Willig (2008) em referência às metodologias de inspiração feminista como ferramentas heurísticas privilegiadas para oposição àqueles discursos dominantes e dominadores, há que consciencializar que o que pensamos e fazemos por mãos da investigação psicológica nos localiza perante um amplo leque de possibilidades que tanto podem favorecer como impedir determinadas experiências e determinadas práticas de compreensão sobre as realidades (subjetivas, relacionais, contextuais) que dão corpo à investigação psicológica. Assim se constrói uma sistemática interrogação em aberto sobre o que conta como conhecimento e como sua legitimação, como sabemos o que vamos sabendo, incluído satisfações mas também insucessos, para que sobretudo nos interroguemos de onde vêm as nossas transitórias "certezas", o que as justifica em determinadas localizações, em certos contextos, em estruturas sociais e ideológicas de poder com (re)configurações únicas.

Por isso se apela, com recurso à noção de *posicionalidades*, a uma necessidade de assumirmos o papel das nossas experiências, expectativas e aspirações de *saber* na condução do pensamento (e, com ele, da praxis) e na permanente inquirição dos propósitos (opressivos versus emancipadores) que tal pensamento serve nos âmbitos do social e do psicológico (Goodley & Snailles, 2001).

Há nesta ideia de *posicionalidades* uma inegável inspiração daquilo a que, no quadro epistémico das abordagens feministas, Donna Haraway (1988/1991) deu nome de "conhecimentos situados" e que Oliveira e Amâncio (2006), expõem do seguinte modo: os conhecimentos situados correspondem a uma incorporação dos saberes, partindo da opção pela responsabilidade na produção dos saberes e pela sua localização sóciohistórica. Assim a objetividade na produção feminista assenta na parcialidade, no olhar contextualizado, em vez dos falsos universalismos da ciência positiva, indissociavelmente inscrita na meta-narrativa patriarcal e moderna, em busca de verdades para a sua autolegitimação. (p. 601)

Em suma, pensamento crítico e *posicionalidades* são vistos como interrelacionados de forma mútua e dinâmica para dar corpo, no presente trabalho, à sustentação conceptual que propomos para ilustrar algumas das contribuições da teorização feminista para uma psicologia que possa assumir-se, também ela, como crítica. O que defendemos resulta, assim, de um trabalho de diálogo entre estes diferentes campos de abordagem, sem esquecer que algumas propostas feministas são, elas mesmas, passíveis de integração num corpo teórico crítico (e.g., Carneiro, *in press*; Neves, 2011; Nogueira, 2001).

ENCONTROS PROFÍCUOS: A PSICOLOGIA E AS CONTRIBUIÇÕES DOS FEMINISMOS

Na relação que aqui advogamos entre os estudos feministas, o pensamento crítico e a psicologia, há desde logo que atender ao facto de que o cruzamento epistemológico, conceptual e metodológico permitido por estas áreas de *saber* abre possibilidades de excelência ao desenvolvimento de quadros de referência e de ação com potencial transformador face ao sofrimento humano e à injustiça social em que este sofrimento se inscreve. Quando regidas por propósitos críticos, tanto a psicologia quanto a teoria feminista colocam como desafio incontornável o compromisso com este mundo melhor, onde noções como as de emancipação, de libertação, de justiça social ocupam centralidade (Prilleltensky, 2008; Prilleltensky & Nelson, 2002). Para Spender (1985), o conhecimento feminista ensina-nos que há uma ética a respeitar e a assumir como imperativo da ação psicológica e feminista, que é a do impedimento de excluir todos os modos de conhecimento que subjuguem a experiência humana, independentemente das categorias sociais de pertença a que estamos a reportar-nos. Mas os ensinamentos dos cruzamentos que aqui propomos são também de uma outra ordem: a da intenção de contemplação construtiva de formas e de processos agenciais humanos, através do enaltecimento das forças e das potencialidades criativas que residem nas diferentes identidades sociais (e.g., Prilleltensky & Nelson, 2002).

A heterogeneidade, o hibridismo, a pluralidade das abordagens feministas constituem, aliás, uma destas formas de consideração simultaneamente conceptual e hermenêutica das situações de opressão, na acusação premente dos revestimentos ideológicos e políticos que retiram ao sujeito a responsabilização pelo sofrimento derivado daquelas situações, nisso se erigindo como contribuição crítica inestimável para a psicologia. De acordo com Neves (2011), essa heterogeneidade de abordagens no contexto dos estudos feministas revela-se enriquecedora para as ciências sociais, apenas se tornando problemática quando negligencia as implicações políticas da categoria analítica que tomamos como o "género" ou, dizendo de outro modo, quando procede à "despolíticação de uma categoria analítica que não pode ser senão política" (p. 21).

No âmbito vasto da produção teórica e da praxis psicológicas, a consciencialização do pendor inegavelmente político das categorias socialmente construídas sobre o humano emerge como pilar nuclear de uma opção assumidamente crítica – de resto, cabe realçar que a ausência desta consciencialização concorre para um nefasto obscurecimento do carácter ideológico a que a psicologia não escapa, porque nesse carácter se imbuindo e nele encontrando razões para a luta contra a alienação que a tem marcado historicamente (Parker, 2007). Só pelas mãos de uma crescente tomada de consciência e de posições pró-ativas sobre *qualquer* modo de veiculação da desigualdade e da injustiça social encontra a psicologia, em nosso entender, razões para uma continuidade pensante e atuante que a si mesma permita continuar a dar sentidos na contemporaneidade. Os discursos e as práticas psicológicas de individualização de problemas cuja raiz habita em dimensões estruturais, sociais, culturais e políticas concorrem para o agravamento destes problemas e minam a sua resolução. Por isso, então, as posições socialmente assimétricas que os feminismos fazem lembrar e às quais se endereçam envolvem obrigatoriamente uma compreensão aprofundada não apenas de quão *crua*, mas também de quão *cruel*, nas palavras de Levy (2004), é a construção dos binarismos, porque depositários de longas tradições que vêm instaurando relações desiguais de poder, colocando pessoas e grupos sociais em campos de desigualdade que precocemente nos ensinam, a todas e a todos, as posições (in)apropriadas que devemos ou não ocupar no tecido relacional e social em que nos movemos (cf. Ahmed, 2010; Butler, 2004, 2009; Fausto-Sterling, 2000).

Auxiliando a inteligibilidade da contribuição da teoria feminista para modalidades de pensamento e de intervenção que se assumam críticas na psicologia, estão as metodologias feministas, recorrentemente desconhecidas e/ ou negligenciadas pelo *saber* psicológico (e.g., Willig, 2008). Seguindo de perto a sistematização que Neves e Nogueira (2003) fazem destas metodologias frisamos, desde logo, a incredulidade na objetividade científica através de uma constante vigilância às intenções de neutralidade e de

objetividade legadas pelo positivismo. Tais metodologias trazem consigo o ensejo de oposição firme a um modo universalista de entendimento do humano, porquanto este universalismo sonega, por definição, a relevância das subjetividades e das localizações específicas dos modos relacionais de existir de que temos dado conta ao longo deste trabalho. Nesse ensejo se refutam leituras de causa e efeito que em nada abonam a captação da complexidade do humano segundo uma perspectiva crítica e regida pelas posicionalidades, abraçando-se em alternativa "o contraste e a diversidade que são construídos nas e através das relações vividas pelos homens e pelas mulheres e que, assim sendo, não podem deixar de ser socialmente compartilhados" (p. 48).

Enquanto ferramenta crítica também integrada nas metodologias feministas, o desenvolvimento e a consolidação de processos de reflexividade apelam igualmente a uma referenciação social e política a respeito de posições identitárias como o gênero, o sexo, a etnia, a orientação sexual ou quaisquer outras marcas socialmente edificadas para diferenciação do humano. Fica assim mais clara a importância de se assumir, no cruzamento entre uma psicologia crítica e a teorização feminista, a relevância das posicionalidades, tal como as explicitamos em momento precedente deste trabalho. Nas palavras das autoras que estamos considerando, cabe dizer que a reflexividade encontra campos múltiplos de aplicabilidade, "desde a condução da investigação, o lugar do/a investigador/a na investigação, a relação do/a investigador/a com os alvos da investigação, a posição filosófica e a natureza do conhecimento, a elaboração dos documentos de trabalho, até ao impacto da investigação nos/as investigado/s" (p. 49).

Ao postular a abordagem multimetodológica aliada a critérios de validação também eles, compreensivelmente, múltiplos e contextualizados, os veículos heurísticos da teorização feminista crítica reiteram o que já dissemos ser um propósito comum e indispensável aos feminismos e à psicologia: o do compromisso social e o da implicação com os engajamentos ideológicos de toda a investigação e de toda a prática de intervenção. Os princípios de minimização do poder e de compromisso com a igualdade surgem também integrados nas propostas avançadas por Neves e Nogueira sobre as metodologias que analisam. Em virtude do reconhecimento do combate histórico travado pelos feminismos com as relações desiguais de poder, as autoras sublinham o poder como fulcro da investigação feminista, questão que facilmente entendemos ser aplicável a áreas plurais de exercício da psicologia, como são a investigação, a psicoterapia, os projetos de intervenção comunitária, a escola ou, afinal, quaisquer dos terrenos em que o pensamento e a praxis inscritos no *saber* psicológico queiram inscrever-se.

Assim, para que sejam profícuos os encontros denomináveis como críticos entre a teorização feminista e a psicologia há que atender cuidadosa e conscientemente às nuances epistemológicas, ontológicas e metodológicas que a condução pensante e atuante do *saber* vai ganhando em cada momento do seu desenvolvimento. Mais particularmente, há que atender às *dádivas* que os feminismos têm trazido para a psicologia e às *dívidas* que a psicologia, a par de outras ciências sociais, tem ainda para com os feminismos.

Só apelando a uma constante vigilância entre as perigosas relações que o poder trava com a pesquisa, a intervenção e a reflexão psicológicas nos encontraremos num território crítico. Parafraseando Prilleltensky e Nelson (2002), lembramos que "o poder que temos como psicólogos/as gera diferentes tipos de conhecimento que não são necessariamente reflexo de verdade, mas antes o reflexo do nosso poder para definir a verdade" (p. 27).

CONCLUSÕES

A INTERSEÇÃO DO EXISTIR OU A CELEBRAÇÃO DO HUMANO

Embora tendo aludido ao longo desta exposição às relações inextrincáveis entre o gênero e outras categorias sociais de identificação e de pertença, faz agora sentido explorarmos um pouco mais aprofundadamente a importância dessas relações para o entendimento do

humano. Para tal, a teoria da interseccionalidade emerge como outro dos contributos das abordagens feministas a ter em conta na linha de arguição que aqui temos seguido (viz., e.g., McCall, 2005; Nogueira, 2011; Oliveira, 2010).

Enquanto proposta nascida nos feminismos capaz de questionar as diferentes diversidades no leque da diversidade humana, a teoria da interseccionalidade surge como um novo vocabulário crítico que questiona profundamente não apenas as hierarquias que servem a opressão mas também as formas de privilégio que determinados sujeitos podem vivenciar e exprimir pela sua pertença a determinadas categorias sociais (Nogueira, 2011). Ampliando a captação das matrizes sócio-ideológicas e políticas que (re)configuram as relações interpessoais e as vivências subjetivas (ora em torno de localizações privilegiadas, ora em torno de posições de desfavorecimento que ocupamos ou, pelo contrário, somos impedidos/as de ocupar), o olhar interseccional leva-nos para além do "género" como categoria de análise dos processos de (re)construção identitária.

Somente numa forma multiplicativa (e não aditiva) de cruzamento ou de interseção entre os diferentes elementos identitários que a todas e a todos nos caracterizam podemos marcar uma posição crítica que é, por inerência às lógicas consubstanciadas neste trabalho e como expõe Platero (2012), aquela que se recusa a simplesmente listar desigualdades ou organizadores sociais das vidas das pessoas, sob pena de se perder o *etecetera*, esse mesmo *etecetera* que nos vai fazendo no humano. Outras dicotomias, que não apenas as que se baseiam no género, ganham lugar no palco das interrogações críticas sobre o que *vamos sendo*, sobre os modos cruzados, multiplicados, sobrepostos de opressão e/ ou de privilégio em que a localização do existir adquire significados. Através da teoria da interseccionalidade, coloca-se a resistência a todas as formas de essencialização das categorias da identidade, sejam percebidas pessoal e/ ou coletivamente, com atenção aos tempos, aos lugares e às histórias subjetivas, relacionais e culturais na sua relação com a discriminação social ou com o favorecimento de ocupação de determinados lugares identitários (Nogueira, 2011).

Ao propor a expressão *género-interseccional*, La Barbera (2012) explicita de forma clara o que até aqui temos considerado: assim designado, o género permite reconhecer-se e ser reconhecido como categoria interdependente que é invariavelmente tecida na relação com outras categorias de identificação social; por outras palavras, "conceptualizar o género como interseccional em si mesmo, significa que ele está ligado, *inter-agindo* e *intra-agindo*, com a etnia, a sexualidade, a competência física, a cultura, a religião, o nível económico/ educacional" (p. 26), bem como com quaisquer *eteceteras* que possam ter lugar complementar nesta conexão.

A psicologia (in)formada pelas contribuições de um feminismo crítico obrigam, pois, à inclusão e à consciencialização dos temas da diversidade humana nos planos da teoria, da investigação e da praxis, quebrando o vidro das ofuscações que a "diferença" produz se não for entendida como inexorável possibilidade de pluralização do sujeito. Por isso recomendam Russo e Dabul (1994) que uma agenda feminista e psicológica crítica não se aliene jamais da integração da diversidade humana, através: (i) da criação/ consolidação de oportunidades cada vez mais amplas para consideração das abordagens feministas nos espaços académicos onde ainda escasseiam e/ou onde recorrentemente sofrem de despezos e de incompreensões; (ii) da preservação da vasta história dos feminismos para a continuidade de produções de conhecimento e de formas de atuação que preservem os valores as suas assunções da teoria feminista e (iii) da atenção que a crítica feminista dirige a todo o *saber* psicológico sustentador do *status quo* (e, logo, não capaz de reconhecer as *diferenças na diferença*, incapaz de valorizar as múltiplas pertenças sociais e as múltiplas formas de opressão e/ ou de privilégio).

A um outro plano de análise crítica nos devem então conduzir estas contribuições da teoria da interseccionalidade. Se o género se complementa com outras formas de construção social sobre as posições de sujeito no que vamos podendo (ou não) tornar inteligível aquilo

que é o humano, as fronteiras de *saber* são, também elas, impelidas a um hibridismo e a uma permeabilidade mais profícuos e em constante (re)formulação. A este propósito, Oliveira (2010) defende a localização dos feminismos contemporâneos em espaços que apelida de hifenizados, uma localização em espaços dialógicos, mais do que dialogantes, que se compõem de um cruzamento com outras áreas de produção conceptual e teórica. Estes lugares em que os feminismos devem ser (re)conhecidos numa habitação que lhes é própria e devida, são "marcados pela liminaridade e pela recusa da ereção de fronteiras estanques entre os saberes [...], [o que] permite manter quer uma política de localização, quer manter as fronteiras epistémicas abertas sobre quem conhece quem" (pp. 26, 27).

Pois bem, no desejo de afirmação de um projeto crítico e das posicionalidades que orientam a prática e o *saber* da psicologia, faz-nos sentido terminar reclamando não somente uma contemplação do *género-interseccional* ou a consideração da *hifenização dos feminismos*. Na procura incessante do cumprimento dos compromissos críticos que (também) à psicologia cabem, ao questionar o poder, ao combater a discriminação e a injustiça social, ao ganhar com uma integração mais atenta e (re)formulada das teorizações feministas, nunca será demais pedir que a compreensão ampliada da *interseção do existir* seja um processo em aberto nessa procura. Será, afinal, numa *humanidade-interseccional* (inegavelmente inspirada no *género-interseccional*) e numa *hifenização-do-humano* (inegavelmente inspirada pela hifenização dos feminismos) que nos parecem residir o sentido e o fôlego que hão-de-*vir* para (o que quer que seja) a psicologia, desde que mais e mais comprometida com os seus sentidos e objetivos genuinamente críticos.

AGRADECIMENTOS

A Conceição Nogueira e a João Manuel de Oliveira, pelo privilégio de todas as revigorantes (co)ligações.

CONTACTO PARA CORRESPONDÊNCIA

Nuno Santos Carneiro, PhD

Centro de Psicologia da Universidade do Porto – A/C Prof. Conceição Nogueira

Correio eletrónico: nunoscarneiro@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ahmed, S. (2010). *The promise of happiness*. Durham & London: Duke University Press.

Bronner, S. E. & Kellner, D. M. (1989) (Eds.). *Critical theory and society: A reader*. London: Routledge.

Butler, J. (2004). *Precarious life: The powers of mourning and violence*. London: Verso.

Butler, J. (2009). *Frames of war: When is life grievable?* London: Verso.

Carneiro, N. S. (*in press*). Contra a "violência de inexistir": Psicologia crítica e diversidade humana. *Psicologia e Sociedade*.

Casa-Nova, M. J. (2012). Capítulo Introdutório – Problematizando o papel dos cientistas sociais nas sociedades actuais. In M. J. Casa-Nova, A. Benavente, F. Diogo, C. Estevão & J. T. Lopes (Orgs.), *Cientistas sociais e responsabilidade social no mundo actual* (pp. 7-22). Famalicão: Edições Húmus – Coleção Debater o Social – 15.

Cvetkovich, A. (2012). *Depression: A public feeling*. Durham & London: Duke University Press.

Fausto-Sterling, A. (2000). *Sexing the body: Gender politics and the construction of sexuality*. New York (NY): Basic Books.

- Fox, D. (2008). Confronting psychology's power. *Journal of Community Psychology*, 36(2), 232-237. doi: 10.1002/jcop.20233
- Goodley, D. & Snailles, S. (2011). Positionalities. In P. Banister, G. Bunn, E. Burman, J. Daniels, P. Duckett, D. Goodley, R. Lawthom (Eds.), *Qualitative methods in psychology* (pp. 38-59). Berkshire & New York: McGraw Hill / Open University Press.
- Haraway, Donna (1988/1991). Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In Donna Haraway (Ed.), *Symians, cyborgs and women: The reinvention of nature* (pp.183-202). New York (NY): Routledge.
- Horkheimer, M. (1935). Sur le problème de la vérité. In M. Horkheimer (2006), *Théorie critique : Essais* (Trad. Luc Ferry). Paris: Payot.
- La Barbera, M. C. (2012). Intersectional-gender and the locationality of women "in Transit". In G. T. Bonifacio (Ed.), *Feminism and Migration: Cross-Cultural Engagements* (pp. 17-31). New York (NY): Springer.
- Levy, T. (2004). Cruza e crueldade do binarismo. In A. F. Cascais (Org.), *Indisciplinar a teoria: Estudos gays, lésbicos e queer* (pp. 183-212). Lisboa: Fenda.
- McCall, L. (2005). The complexity of intersectionality. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 30(3), 1771-1800. doi: 10.1086/426800
- Neves, S. (2011). Género e ciências sociais... ou quando a ciência é também política... In S. Neves (2011) (Coord.), *Género e ciências sociais* (pp. 24-35). Maia: ISMAI – Centro de Publicações do Instituto Superior da Maia – Série "Actas", 12.
- Neves, S. & Nogueira, C. (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: A (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 43-64. doi: 10.1590/S0102-71822003000200004
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género: Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Nogueira, C. (2011). Introdução à teoria da interseccionalidade nos Estudos de Género. In S. Neves (Coord.), *Género e ciências sociais* (pp. 67-78). Maia: ISMAI – Centro de Publicações do Instituto Superior da Maia – Série "Actas", 12.
- Oliveira, J. M. (2010). Os feminismos habitam espaços hifenizados: A localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *Ex aequo* [online], 22, 25-39. Disponível em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602010000200005&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0874-5560.
- Oliveira, J. M., & Amâncio, L. (2006). Teorias feministas e representações sociais: Desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Revista de Estudos Feministas*, 14, 597-615.
- Parker, I. (2007). *Revolution in psychology: Alienation to emancipation*. London: Pluto Press.
- Platero, R. (2012). Introducción: La interseccionalidad como herramienta de estudio de la sexualidad. In R. Platero (Ed.), *Intersecciones: Cuerpos y sexualidades en la encrucijada – Temas contemporáneos* (pp. 15-72). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Prilleltensky, I. (1997). Values, assumptions, and practices: Assessing the moral implications of psychological discourse and action. *American Psychologist*, 47, 517-535.
- Prilleltensky, I. (2008). The role of power in wellness, oppression, and liberation: The promise of psychopolitical validity. *Journal of Community Psychology*, 36(2), 116-136.
- Russo, N. F. & Dabul, A. (1994). Feminism and psychology: A dynamic interaction. In E. J. Tricket, R. J. Watts & D. Birman (Eds.), *Human diversity: Perspectives on people in context* (pp. 81-100). San Francisco (CA): Jossey-Bass Publishers.
- Santos, B. S. (1999). Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, 197-215.
- Santos, B. S. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial.

Spender, D. (1985). *For the record: The meaning and making of feminist knowledge*. London: Women's Press.

Willig, C. (2008). *Introducing qualitative research in psychology*. Maidenhead: Open University Press.